



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº _____/2021

1 - UNIDADE REQUISITANTE: Núcleo de Cerimonial

2 - OBJETO: Aquisição de medalhas para a Solenidade de entrega da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho.

2.1 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO: Aquisição de medalhas conforme quantitativos abaixo e especificações constantes do **Anexo I** deste Termo:

GRAUS	QUANTIDADES
Grã-Cruz	01
Grande-Oficial	04
Comendador	10
Oficial	12
Cavaleiro	17

FAIXAS	QUANTIDADES
GRÃ-CRUZ (VERMELHA E BRANCO)	1
GRÃ-CRUZ (AZUL E BRANCO)	1

2.2 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS: Trata-se de fornecimento de material, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de

especificações usuais no mercado, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002.

2.3 JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO: Os itens foram agrupados em lote único, tendo em vista a necessidade de se manter um mesmo padrão de cor e acabamento, à natureza e à economia de escala.

2.4 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE: Não se aplica.

2.5 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: Esta contratação atende ao disposto no Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Regional, aprovado pelo Ato TRT7 GP nº64/2021 observando especialmente, o previsto no Objetivo Estratégico nº7 (Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica), não estando previsto no Plano Anual de Contratações em razão da indefinição, naquele momento, da realização de eventos dessa natureza.

2.6 Não será permitida subcontratação do objeto.

3. JUSTIFICATIVAS: A contratação em tela faz-se necessária tendo em vista a outorga da Medalha “Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho”, conforme especificado na Resolução Administrativa nº. 230/93, de 19.05.93, alterada pela Resolução Administrativa nº 66/2012 de 28.02.2012, com o intuito de homenagear personalidades nacionais ou estrangeiras que se tenham destacado em quaisquer ramos do Direito ou pelos serviços prestados em prol da Justiça do Trabalho, da Cultura, da Ciência ou da Sociedade. A entrega das medalhas ocorre bianualmente no primeiro dia útil anterior ao dia 8 de dezembro ou em data a critério do Conselho da Ordem.

4 – DA HABILITAÇÃO: Para fins de habilitação no certame, o interessado terá de satisfazer os requisitos relativos a:

- a) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº. 9.854/99;
- b) habilitação jurídica;
- c) regularidade fiscal e trabalhista;

4.2.1 O cumprimento do disposto no item “a” acima dar-se-á mediante declarações do interessado, conforme modelos anexos a este Termo de Referência.

4.2.2 Os documentos relativos à Habilitação jurídica são:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

4.2.3 Os documentos relativos à **Regularidade Fiscal e Trabalhista** são:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ ou Cadastro e Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS) e Estadual;
- d) Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5. PRAZO, HORÁRIO E LOCAL DE ENTREGA: O material deverá ser entregue em até 40 (quarenta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, sem ônus para o TRT 7ª Região, na Av. Santos Dumont, 3384 Edifício Anexo I - Mezanino – Aldeota – CEP 60.150-162 – Fortaleza - CE, no Núcleo de Cerimonial, ao Secretário da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho, no horário de 8h às 14h, em dias úteis. O material que apresentar

defeitos imediatos será prontamente devolvido e repostado sem qualquer ônus para este Tribunal.

6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO: O material será recebido:

6.1. Provisoriamente, no ato da entrega, acompanhado da nota fiscal, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no anexo I deste Termo de referência.

6.2. Definitivamente, em até 3 (três) dias úteis, contados do Recebimento Provisório, após verificação da conformidade do bem entregue, com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

6.3. O Recebimento Definitivo do material não exclui a responsabilidade da contratada por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas verificadas posteriormente;

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no seu anexo I e na proposta, devendo ser substituídos em até 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7. DO PRAZO DE GARANTIA: No ato da entrega do material, a empresa contratada deverá apresentar **por escrito**, Termo de Garantia, com **prazo mínimo de 1(um) ano**, contra desbotamento, descamação, descolamento ou oxidação do material empregado na confecção das medalhas, contados da emissão da Nota Fiscal.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

8.2. Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar a contratada durante esse período;

8.3. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação do contratante, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

8.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação.

8.10. Aceitar os acréscimos ou supressões julgadas necessárias pelo Contratante, nos limites estabelecidos na Lei nº. 8.666/93.

8.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

9.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

9.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.6 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, e

nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.520, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA: É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

11.1. A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

11.2. A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

11.3. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.4. Os Gestores e Fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução TRT7 nº. 8/2019, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

11.5. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

11.6. A gestão e a fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

11.7. As informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada poderão ser prestados através do telefone (085) 3388.9427.

12. FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 05 (cinco) dias úteis após o Recebimento Definitivo, condicionado ao Recebimento da Nota Fiscal, ocasião em que este Tribunal verificará a Regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS), com a Fazenda Estadual, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a Regularidade Trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.3. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6}{100} \quad I = 0,00016438$

365

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

VP = Valor da parcela em atraso.

12.7. No Caso de aplicação de multa o valor respectivo será deduzido da fatura.

13. DO REAJUSTE

13.1 Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1 do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, quando for o caso.

13.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo, quando for o caso.

13.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa moratória, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor da quantidade entregue intempestivamente, limitada a 10% (dez por cento).

14.1.1 Se o atraso de que trata o Item 14.1 ultrapassar o prazo de 10 (dez) dias, a Administração poderá entender pela Inexecução Parcial ou Total do Contrato, conforme o caso.

14.3. Além das penalidades acima previstas, a Contratada poderá incorrer nas seguintes sanções:

a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos para a Contratante;

- b) Multa Compensatória, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de Inexecução Parcial do Contrato;
- c) Multa Compensatória, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, nas hipóteses de Inexecução Total;
- d) Multa, no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do Contrato, para os demais casos de Descumprimento Contratual;
- e) Suspensão de Licitar e Impedimento de Contratar com o Órgão, Entidade ou Unidade Administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- f) Impedimento de Licitar e Contratar com Órgãos e Entidades da União com o consequente Descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- g) Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.4. As sanções previstas no Subitem 14.3, alíneas “a”, “e”, “f” e “g” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.11. A aplicação de sanções previstas neste instrumento, realizar-se-á em processo administrativo e assegurará contraditório e a ampla defesa à Contratada, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou e-mail.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO: Conforme anexo I.

15.1. No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

15.2. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: Os preços estimados, tanto unitário como global, correspondem aos máximos que este Tribunal se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

16 - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS DOIS EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQUENTES: Não haverá impacto orçamentário nos exercícios financeiros subsequentes.

17 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Lei nº 13.709/2018 - LGPD

17.1 Em observação às determinações constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD), o CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- c. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço/aquisição de bens, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados

assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

d. Eventualmente, as partes podem ajustar que a CONTRATADA será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes do item C acima;

e. Os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

f. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

17.2 A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

17.3 O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato.

17.4 A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo;

17.5 A CONTRATADA deverá informar imediatamente à CONTRATANTE quando receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito dos seus Dados Pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos Dados Pessoais do solicitante, exceto nas

instruções documentadas da CONTRATANTE ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

17.6 O “Encarregado” ou “DPO” da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado da CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.7 A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto (DPIA), conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.8 Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI, bem como Capítulo VII e Seção I do capítulo VIII da LGPD.

18. São anexos a este TR:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES

ANEXO II – PREÇOS ESTIMADOS

ANEXO III- MODELOS DE DECLARAÇÕES

Fortaleza, 30 de setembro de 2021.

Antônio Carlos Santiago de Castro

Secretário da Ordem

ANEXO I (ESPECIFICAÇÕES)

1 - NO GRAU GRÃ-CRUZ (01 medalha):

1.1- Insígnia constituída por uma cruz de 04 (quatro) braços e 08 (oito) pontas, dourada, esmaltada em vermelho, tendo ao centro, em relevo, a balança da justiça circundada pela inscrição “Ordem Alencarina - Mérito Judiciário do Trabalho” sobre fundo esmaltado em azul celeste, e tendo no verso, em relevo, o mapa do Ceará e a inscrição “Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região”.

1.2- Resplendor em metal **dourado**, com insígnia aplicada no centro, no verso do resplendor fecho tipo broche.

1.3 - Faixa com 90mm de largura e não inferior a 2,0m (dois metros) de comprimento, usada a tiracolo, vermelha/branca, com pendente de medalha (cordão com medalha pendurada). Não serão aceitas faixas costuradas, portanto a faixa deverá ser TECIDA.

1.4- Rosetas de lapela, com centro esquartejado, com fita metalizada na cor ouro aplicada abaixo da roseta.

1.5- Estojo, tipo caixa box, na cor azul marinho, com fecho dourado, sendo a parte exterior revestida com napa e **Brasão da República (armas nacionais) aplicado na tampa superior (foto anexa)** e no interior em papel camurça na mesma cor da napa. A tampa da caixa deverá ser revestida internamente de cetim, na cor branca nas medidas de 18cm(L) x 28cm(P) x 7cm(A).

2 – NO GRAU DE GRANDE OFICIAL (04 medalhas):

2.1- Insígnia constituída por uma cruz de 04 (quatro) braços e 08 (oito) pontas, dourada, esmaltada em vermelho, tendo ao centro, em relevo, a balança da justiça circundada pela inscrição “Ordem Alencarina - Mérito Judiciário do Trabalho” sobre fundo esmaltado em azul celeste, e tendo no verso, em relevo, o mapa do Ceará e a inscrição “Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região”;

2.2 - Resplendor em metal **prateado**, com insígnia aplicada no centro, no verso do resplendor fecho tipo broche;

2.3- Fita com 35mm de largura, vermelha/branca em forma de laço (usada no pescoço), com insígnia acima descrita (item 2.1), pendente de medalha. Não serão aceitas fitas costuradas, portanto a fita deverá ser TECIDA.

2.4- Roseta de lapela, com centro esquarejado, com fita metalizada, um lado dourado e um lado prateado, aplicado abaixo da roseta;

2.5- Estojo, tipo caixa box, na cor azul marinho, com fecho dourado, sendo a parte exterior revestida com napa e Brasão da República (armas nacionais) aplicado na tampa superior (foto anexa), e interior em papel camurça na mesma cor da napa. A tampa da caixa deverá ser revestida internamente de cetim, na cor branca nas medidas 15cm(L) x 28cm(P) x 5cm(A).

3 – NO GRAU COMENDADOR (10 medalhas):

3.1- Insígnia como descrita no item 2.1;

3.2- Fitas com 35mm de largura, branca/vermelha, em forma de laço (usada no pescoço) com insígnia e pendente de medalha igual ao do grau de Grande-Oficial (itens 2.1 / 2.3). Não serão aceitas fitas costuradas;

3.3- Rosetas de lapela com o centro esquarejado, com fita metalizada prateada, aplicada abaixo da roseta;

3.4- Estojo, tipo caixa box, na cor azul marinho, com fecho dourado, sendo a parte exterior revestida com napa e Brasão da República (armas nacionais) aplicado na tampa superior (foto anexa), e interior em papel camurça na mesma cor da napa. A tampa da caixa deverá ser revestida internamente de cetim, na cor branca nas medidas 16cm(L) x 18cm(P) x 5cm(A).

4 – NO GRAU DE OFICIAL (12 medalhas):

4.1- Insígnia como descrita no item 2.1;

4.2- Fita de 35mm de largura, branca/vermelha, com medalha acima descrita, pendente no peito e presilha (tipo dente de foca) no verso da fita, **em metal dourado**.

4.3- Rosetas de lapela, com centro esquarejado, sem nenhuma fita aplicada;

4.4- Estojo, tipo caixa box, na cor azul marinho, com fecho dourado, sendo a parte exterior revestida com napa e Brasão da República (armas nacionais) aplicado na tampa superior (foto anexa), e interior em papel camurça na mesma cor da napa. A tampa da caixa deverá ser revestida internamente de cetim, na cor branca nas medidas 15cm(L) x 18cm(P) x 4cm(A).

5 – NO GRAU DE CAVALEIRO (17 medalhas):

5.1 - Insígnia constituída por uma cruz de 04 (quatro) braços e 08 (oito) pontas, **PRATEADA**, esmaltada em vermelho, tendo ao centro, em relevo, a balança da justiça circundada pela inscrição “Ordem Alencarina - Mérito Judiciário do Trabalho” sobre fundo esmaltado em azul

celeste, e tendo no verso, em relevo, o mapa do Ceará e a sua inscrição “Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região”.

5.2- Fita com 35mm de largura, branca/vermelha, com insígnia (**sendo a única prateada**), pendente de peito e presilha (tipo dente de foca) no verso da fita, também em metal prateado.

5.3- Roseta de lapela, com centro plano, sem nenhuma fita aplicada;

5.4- Estojo, tipo caixa box, na cor azul marinho, com fecho dourado, sendo a parte exterior revestida com napa e Brasão da República (armas nacionais) aplicado na tampa superior (foto anexa), e interior em papel camurça na mesma cor da napa. A tampa da caixa deverá ser revestida internamente de cetim, na cor branca nas medidas 14cm(L) x 16cm(P) x 4cm(A).

6 – FAIXA REFERENTE AO ITEM 1.3 DA MEDALHA NO GRAU DE GRÃ-CRUZ (1 FAIXA):

6.1 Faixa com 90mm de largura e não inferior a 2,0m (dois metros) de comprimento, usada a tiracolo, **VERMELHA/BRANCA**, com pendente de medalha (cordão com medalha pendurada). Não serão aceitas faixas costuradas, portanto a faixa deve ser TECIDA.

7 – FAIXA REFERENTE AO ITEM 1.3 DA MEDALHA NO GRAU DE GRÃ-CRUZ (1 FAIXA):

7.1 Faixa com 90mm de largura e não inferior a 2,0m (dois metros) de comprimento, usada a tiracolo, **AZUL/BRANCA**, com pendente de medalha (cordão com medalha pendurada). Não serão aceitas faixas costuradas, portanto a faixa deve ser TECIDA.

IMPORTANTE:

1) As fotos das medalhas estão disponíveis no sítio deste Tribunal na internet, no seguinte link: http://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=61&Itemid=259&limitstart=1

2) Caso haja a necessidade de mais informações ou fotos dos objetos deste processo a empresa deverá entrar em contato com o Setor de Cerimonial do Tribunal: (085 3388.9427 – Antônio Carlos) ou pelo e-mail: **cerimonial@trt7.jus.br**

3) As medalhas deverão ser confeccionadas conforme as especificações acima e de acordo com as amostras que estão à disposição dos interessados no Setor de Cerimonial deste Tribunal.

4) Medidas aproximadas (externas):

a) Das Medalhas: 4,5 cm (de uma das oito pontas da cruz de quatro braços ao lado diametralmente oposto);

b) Dos Resplendores: 7,5 cm (de ponta a ponta da parte mais externa do resplendor).

5) A Contratante poderá encaminhar os modelos das medalhas quando da execução do contrato, desde que os custos de envio e reenvio do material seja por conta da contratada.

ANEXO III (MODELO DE DECLARAÇÕES)

DECLARAÇÃO

Ref.: Processo de Contratação Direta nº _____

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)., portador(a) da carteira de identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

OBS: em caso afirmativo assinalar a ressalva acima.

Local e data.

Representante legal

DECLARAÇÃO

Ref.: Processo de Contratação Direta nº _____

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)., portador(a) da carteira de identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que não possui em seu quadro de pessoal sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, de membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, vinculados ao TRT7ª.

Local e data.

Representante legal

IMAGENS DAS MEDALHAS DA ORDEM ALENCARINA DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO



Grão-Colar



Grã-Cruz



Grande-Oficial



Comendador

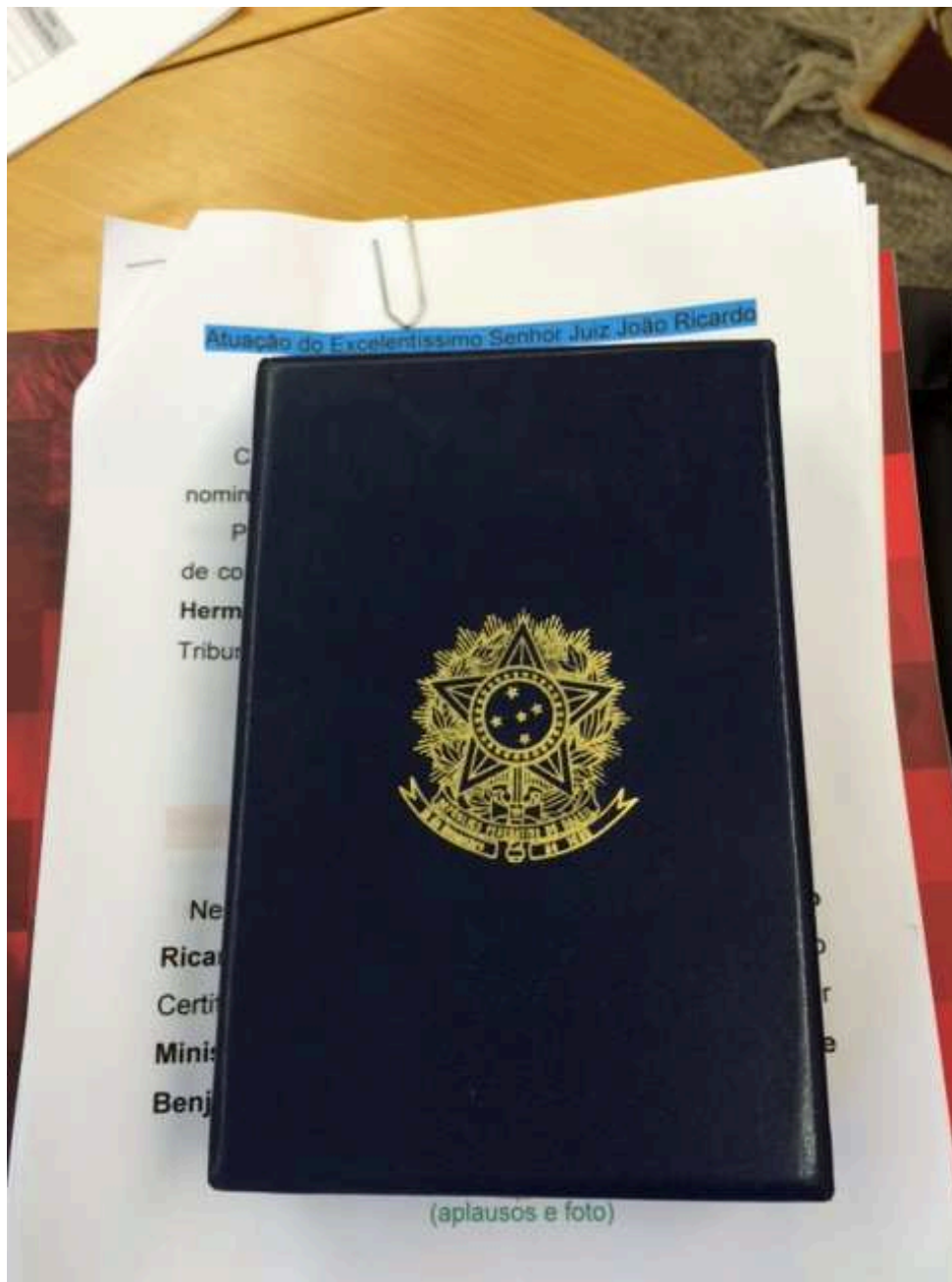


Oficial



Cavaleiro (única prateada)

ESTOJO



(aplausos e foto)